



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO N.º. 032/2012/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA GIBBOR BRASIL
PROPAGANDA E MARKETING LTDA - EPP.**

MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, criada pela Lei Complementar n.º. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo seu Secretário Adjunto Executivo, designado para este fim através do Ato n.º 13.144/2009, de 14/10/09, Sr. **Moacir Couto Filho**, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º. 3600650 - SSP/GO e do CPF n.º. 770.603.931-53, residente a Rua Manoel Leopoldino, n.º. 102, bairro Araés, Cuiabá/MT, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **GIBBOR BRASIL PROPAGANDA E MARKETING LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ: 08.329.433/0001-05, localizada na Rua Celso Egidio Souza Santos, n.º. 342, Bairro: Jardim Chapadão, CEP: 13.070-057, Campinas-SP, representada pelo Sr. **ALEXANDRE DA SILVA BANDETINI**, portador do RG: 22.005.115-X, SSP/SP e o CPF: 163.813.638-60, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 359937/2012/SEMA**, com o **Pregão n.º 073/2011/SAD e Ata de Registro de Preços N.º 071/2011/SAD**, sujeitando-se aos termos da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual n.º. 7.217/2006 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de serviços especializados na publicação de matérias em jornais de circulação diária a nível regional e nacional, para atender a demanda da **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no edital de Pregão n.º 073/2011/SAD, Ata de Registro de Preço n.º 071/2011/SAD e seus anexos e nas cláusulas deste instrumento.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. Os preços para os bens contratados são os constantes da proposta apresentada no Pregão, conforme discriminação abaixo:

ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO NACIONAL. PUBLICAÇÃO DIÁRIA, EM PRETO E BRANCO, NA COLUNA DOS CLASSIFICADOS. OBSERVAR A MEDIDA DA COLUNA DO JORNAL CONTRATADO. COLUNA POR CENTÍMETRO (COLUNAXCM).	CC	250	R\$ 8,20	R\$ 2.050,00
02	02	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO LOCAL/REGIONAL (CUIABÁ-MT E REGIÃO). PUBLICAÇÃO DIÁRIA, EM PRETO E BRANCO, NA COLUNA DOS CLASSIFICADOS, NO MÍNIMO 5 (CINCO) DIAS POR SEMANA. OBSERVAR A MEDIDA DA COLUNA DO JORNAL CONTRATADO. COLUNA POR CENTÍMETRO (COLUNAXCM).	CC	800	R\$ 2,75	R\$ 2.200,00
VALOR TOTAL R\$ 4.250,00						

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela contratação do serviço, o valor total de **R\$ 4.250,00** (quatro mil, duzentos e cinquenta reais), a serem pagos parceladamente, por demanda, mediante Ordem de Serviço emitida pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO** da **CONTRATANTE**;

2.3. O valor acima poderá eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

- b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Comparecer quando convocado no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual /Ordem de fornecimento, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor a ela adjudicado;

3.2. O prazo de execução de serviços será imediatamente após as solicitações da **CONTRATANTE**, já a entrega do exemplar com a publicação da matéria será no dia da circulação da mesma, salvo nos casos justificados e aceitos pela Administração;

3.3. Prestar os serviços de publicação, conforme as especificações técnicas e solicitações da **CONTRATANTE**;

3.4. No caso de erros ou imperfeições que prejudiquem a exata compreensão do texto publicado, causados por falhas de publicação, a **CONTRATADA** se obriga a efetuar nova publicação na edição seguinte às suas expensas, sem qualquer ônus ao Estado;

3.5. No mesmo dia em que sair a publicação no jornal a **CONTRATADA** deverá entregar no setor competente (solicitante) da **CONTRATANTE**, página do jornal com a respectiva publicação;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.6. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar a **CONTRATANTE**, principalmente em decorrência da má qualidade do produto entregue;

3.6.1. Referida publicação escaneada pode ser encaminhada via email no endereço digital informado pelo setor competente da **CONTRATANTE**.

3.7. O tamanho padrão para efeitos deste contrato será o de 02 (duas) colunas por 08 (oito) centímetros, salvo nos casos da necessidade de veiculação de avisos de tamanhos menores;

3.8. A **CONTRATADA** é responsável pela publicação fidedigna do texto encaminhado pela **CONTRATANTE**, ficando vedadas modificações de quaisquer ordens;

3.9. Disponibilizar e-mail Oficial para que as solicitações de veiculação de matérias sejam feitas por meio eletrônico;

3.10. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a a **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ata e contrato;

3.11. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

3.11.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

3.12. A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe a **CONTRATADA**, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

3.13. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante a entrega dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, deste contrato;

3.14. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

3.15. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.16. Responde a **CONTRATADA** nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

3.17 Comunicar imediatamente à SAD e a **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

3.18. Atender, para o devido recebimento do serviço prestado, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

3.19. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.2. A entrega do objeto ora contratado será acompanhado e fiscalizado por representante designado pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO** da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

4.3. A fiscalização exercida na entrega do serviço não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia contratual de **5% (cinco por cento)** sobre o total da contratação art. 56 da Lei 8.666/93;

5.2. A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões;

5.2.1. A autorização contida no item 5.2 é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal;

5.3. A **CONTRATADA** se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**;

5.4. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.5. A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir Ordem de Fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.2. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste contrato;

6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto deste contrato;

6.4. Efetuar o pagamento conforme a Instrução Normativa 001/2007 - SAGP/SEFAZ, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as certidões negativas do FGTS e INSS;

6.5. Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

6.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**;

6.7. Comunicar à **CONTRATADA** sobre possíveis irregularidades observadas na prestação dos serviços fornecidos, para imediata correção;

6.8. Notificar a **CONTRATADA** e a SAD de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do serviço;

6.8. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Projeto/Atividade: 2007

Natureza de Despesa: 3390 3900

Fonte: 240

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, conforme subcláusula 2.2, em favor da **CONTRATADA** mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007-SAGP/SEFAZ, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do contrato, indicado pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO/SEMA/MT**;

8.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

Parágrafo Primeiro - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo - Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome do *MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO*, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO da CONTRATANTE** para serem devidamente atestadas;

8.4. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.6. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos da ata, do edital e deste contrato, sujeita à **CONTRATADA**, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93.

11.1.1. A multa, prevista neste item será descontada dos créditos que a **CONTRATADA** possuir com **CONTRATANTE**, e pode cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com multa prevista no **item 3.1**.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA**, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com Órgão/Entidade, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

11.3. A **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 02 (dois) anos e, se for o caso, será suspensa junto ao Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

11.4. Caso a **CONTRATADA** não possua nenhum valor a receber da **CONTRATANTE**, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo ainda a **CONTRATANTE** proceder à cobrança judicial;

11.4.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

CONTRATANTE, reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, e no item 3.1. e inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

13.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

13.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

13.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

13.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

13.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 04 de outubro de 2012.

MOACIR COUTO FILHO

Secretário Adjunto Executivo
SEMA/MT

ALEXANDRE DA SILVA BANDETINI

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

EMANUEL FRANCISCO DE SOUZA
CPF: 784.864.321-20

KELLY ALMEIDA KORMANN
CPF: 823.964.001-00